



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

## **PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR - PROEMI NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DE LEITURAS GRAMSCIANAS**

## **PROGRAMA ENSEÑANZA MEDIA INNOVADOR - PROEMI EN EL ESTADO DE PARANÁ: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LECTURAS GRAMSCIANAS**

## **INNOVATIVE SECONDARY SCHOOL PROGRAM - PROEMI IN THE PARANÁ STATE: AN ANALYSIS FROM READINGS BASED ON GRAMSCI**

Vilma dos Santos Militão de Campos  
Universidade Estadual do Centro Oeste - Brasil  
E-mail: vilmamilitao@yahoo.com.br

Mariana Ferreira Bayer  
Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil  
E-mail: mabayerferreira@gmail.com

Eixo temático 1: Problemas e limitações no desenvolvimento da pesquisa sobre política educacional

**Resumo:** Este artigo propõe uma análise da política proposta para o Ensino Médio, especificamente o Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI, a partir do pensamento de Antonio Gramsci. Utilizaremos os conceitos de Estado “Restrito” e Estado “Ampliado”, “Abstrato” e “Concreto”, Sociedade Política e Sociedade Civil (COUTINHO, 1943), e papel do Estado (CARNOY, 1987). A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas direcionadas aos setores pedagógico e financeiro do NRE de Guarapuava. Está organizado em três partes: na primeira apresenta e contextualiza os conceitos utilizados para a análise e faz um panorama sobre as adequações propostas para o Ensino Médio no Estado do Paraná. Como referência, utilizou-se documentos que permitem a realização dessa análise além de bibliografias que abarcam a temática, permitindo uma análise material desse Programa no âmbito das Políticas Educacionais Nacionais. Na segunda, realiza uma análise e discute a universalização do Ensino Médio. A problemática evidenciada para este trabalho, que se traduz num Projeto de Redesenho Curricular proposto pelo Estado do Paraná, inicialmente apenas para o período noturno, permite os questionamentos: 1. Um redesenha curricular, garante a melhora do acesso e a permanência dos alunos na Escola? 2. Quais os encaminhamentos dos setores pedagógico e financeiro do Núcleo Regional de Educação em relação à adesão ou não das escolas ao Programa Ensino Médio Inovador? E, por fim, na terceira parte, apresentam-se algumas considerações finais sobre essa investigação possibilitando assim, novos questionamentos sobre o tema e/ou sugestões para outras pesquisas que contribuam para uma análise mais ampla sobre o papel do Estado frente às Políticas Educacionais e às teorias que fundamentam essas análises.

**Palavras-chave:** Estado. Política Educacional. Ensino Médio. Gramsci.



**Resumen:** Este artículo propone un análisis de la política propuesta para la educación secundaria, específicamente en el Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI, a partir del pensamiento de Antonio Gramsci. Utilizaremos los conceptos de Estado "restringido" y Estado "Ampliado", "Abstracto" y "Concreto", Sociedad política y Sociedad Civil (Coutinho, 1943), y el papel del Estado (Carnoy, 1987). La metodología incluyó la investigación bibliográfica, documental y entrevistas dirigidas a los sectores pedagógico y financiero del NRE de Guarapuava. Está organizada en tres partes: en la primera se presenta y contextualiza los conceptos utilizados para el análisis y se plantea un panorama sobre las adecuaciones propuestas para la Enseñanza Media en el Estado de Paraná. Como referencia, se utilizaron documentos que permiten llevar a cabo este análisis, así como las bibliografías que abarcan la temática, lo que permite un análisis sustantivo de este programa en el ámbito de las políticas educativas nacionales. En segundo lugar, se analiza y discute la universalización de la educación secundaria. La problemática que se muestra en este trabajo, que se traduce en un proyecto de Rediseño Curricular propuesto por el Estado de Paraná, inicialmente solo para el período nocturno, permite las preguntas: 1. Un rediseño curricular, garantiza la mejora del acceso y la permanencia de los estudiantes en la escuela? 2. Cuáles son las acciones de los sectores pedagógico y financiero del Núcleo Regional de Educación en relación a la adhesión o no de las escuelas al programa Ensino Médio Inovador? Y, por último, en la tercera parte, se presentan algunas consideraciones finales sobre esta investigación, posibilitando así, nuevas preguntas sobre el tema y/o sugerencias para otras investigaciones que contribuyan al análisis más amplio sobre el papel del Estado frente a las políticas educativas y las teorías que fundamentan estos análisis.

**Palabras clave:** Estado. Política educativa. Escuela Media. Gramsci.

**Abstract:** This study proposes an analysis of the policy made for the Secondary School, specifically the Innovative Secondary School Program – PROEMI, based from the thoughts of Antonio Gramsci. For the study are going to be used the concepts of “Restricted” state and “Expanded” state, “Abstract” and “Concrete”, Political Society and Civil Society (COUTINHO, 1943), and the role of the State (CARNOY, 1987). The methodology involved bibliographical and documental research, as well as interviews related to the pedagogical and financial sectors of the NRE of Guarapuava. The study is organized in three parts: the first presents and contextualizes the concepts used for the analysis and does a panorama on the adequacies proposed for the Secondary School in the Parana State. Also as reference, it was used documents which allow the performance of an analysis beyond the bibliographies that approach the theme, thus making possible a material analysis of this Program in the National Educational Policies context. The second part performs an analysis and discusses the universalization of the secondary education. The problematic presented for this study, which is translated in a Project of Curricular Redesigning proposed by the Parana state, initially only for the night period, allows these questions: 1. A curricular redesigning will guarantee improved access and permanence of students in the school? 2. Which is the forwarding of the pedagogical and financial sectors of the Regional Center of Education in relation to the accession or not of schools to the Innovative Secondary School Program? And, finally, in the third part, it is presented some final considerations about this investigation, therefore enabling new questionings on the theme and/or suggestions for other researches which can contribute for a wider analysis about the role of the State in face of Educational Policies and to the theories that underlie these analyzes.

**Keywords:** State. Educational Policy. Secondary School. Gramsci.



## Alguns conceitos fundamentais de Antonio Gramsci

Baseados na obra do maior estudioso em Gramsci no Brasil, Coutinho (2011), elaboramos uma contextualização histórica com o intuito de situar o leitor quanto aos conceitos que foram utilizados neste artigo.

No ano de 1926 quando tinha apenas 35 anos de idade, Antonio Gramsci foi preso pelo fascismo. Nessa época, era Secretário Geral do Partido Comunista e Deputado do Parlamento Italiano.

Ele já possuía vários escritos e artigos, porém como autor ainda era pouco conhecido. Nos meses seguintes da sua prisão, Gramsci escreve uma carta para a sua cunhada relatando que desenvolveria um trabalho no cárcere, concebendo esse trabalho, “sobretudo como um meio privilegiado para evitar e superar o desgaste material e moral que seria gerado pela vida carcerária, que ele já previa de longa duração”. (COUTINHO, 2011, p. 79).

Gramsci produziu cerca de 2500 páginas que resultaram nos conhecidos *cadernos do cárcere*, uma das obras mais discutidas do século XX. Como não publicou nenhuma dessas obras enquanto vivia, pode-se dizer que a sua obra é póstuma.

Apesar da sua morte, em 1937, aos 46 anos de idade, Gramsci deixou um grande legado intelectual à humanidade consagrando-se um dos mais influentes pensadores marxistas do século XX.

Certamente, um dos objetivos centrais dos *cadernos do cárcere* é a elaboração de uma “ciência política” adequada ao marxismo, adotando em suas investigações o “ponto de vista da totalidade”, entendendo a totalidade como o conjunto de relações sociais.

O conceito de política é empregado por Gramsci em duas definições centrais: “ampla” e “restrita”.

Para compreender a concepção “restrita” de Estado recorreremos à Marx e Engels que no *Manifesto do Partido Comunista*, 1848, afirmam que o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia. E que o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão da outra.



Ao tratarem do “poder organizado para a opressão”, enfatizando o caráter burocrático do Estado, indicam os limites da materialidade institucional do Estado que se evidenciam nos aparelhos repressivos e burocrático-executivos. Essa é a essência da concepção “restrita” do Estado: um comitê executivo que se utiliza da coerção para oprimir a classe proletária. E a única forma de revolução, para essa concepção “restrita” de Estado, era a explosão, por meio de um rompimento violento da classe proletária em relação à burguesia. É importante enfatizar que a concepção “restrita” do Estado foca em determinações abstratas, ou seja, parciais do Estado.

Coutinho (1996) chama a atenção para a superação, mesmo que parcial, da concepção “restrita” do Estado e do paradigma “explosivo” do processo revolucionário, apresentado nas obras posteriores de Marx e especialmente de Engels que ressalta que a dominação de uma classe sobre a outra não se dá apenas pela coerção, mas resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram o consenso dos governados, o que sinteticamente podemos entender como a coerção acrescida do consenso. Afirma assim, que ao incorporar essa dimensão “consensual” ou “contratualista” na determinação do Estado, Engels foi o primeiro marxista a empreender o processo de “ampliação” da teoria do Estado.

Foi em Gramsci que a “ampliação” da teoria do Estado foi mais sistemática, até pelo contexto em que viveu o que permitiu que elaborasse uma teoria marxista ampliada do Estado. Vale lembrar, porém, que essa ampliação é dialética, não eliminando o núcleo fundamental da teoria “restrita” de Marx e Engels, mas incorporando novas determinações.

A “ampliação” do conceito marxista do Estado apontada originalmente por Gramsci se evidencia, sobretudo, na sua compreensão de “sociedade civil”. Sendo que para Marx e Engels “sociedade civil” é o conjunto das relações econômicas capitalistas, que denominam também de “base material” ou “infra-estrutura”. Já para Gramsci, “sociedade civil” é uma esfera da “superestrutura”, ou mais especificamente nas palavras de Coutinho, (1996), o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e



de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos.

Assim, para Gramsci, Estado “ampliado” é composto pelas duas esferas, “sociedade política” mais “sociedade civil”, sendo que ambas servem para conservar ou transformar a partir dos seus interesses de classe no modo de produção capitalista. Nessa conservação ou transformação, no âmbito da “sociedade civil” as classes buscam exercer a sua hegemonia, buscando aliados para os seus projetos por meio da *direção* e do *consenso*. No âmbito da “sociedade política”, ao contrário, utiliza-se de uma ditadura, ou especificamente, uma *dominação* por meio da *coerção*.

Segundo Coutinho (1996), a necessidade de conquistar o consenso como condição *sinequa non* da dominação impõe a criação e/ ou renovação de determinadas instituições sociais que passam a funcionar como portadores materiais específicos das relações sociais de hegemonia.

Para Carnoy (1987), as explicações de como acontecem as relações sociais, são fundamentais para compreensão de como acontece a interação entre as pessoas, sejam nos aspectos coletivo ou individual, e qual a mediação exercida pelo Estado na organização dos conflitos sociais.

Desse modo, expressa-se a contemporaneidade do pensamento Gramsciano, na análise dos fundamentos das políticas educacionais, e no caso deste artigo na análise da política para os anos finais da Educação básica: o Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI, que propõe um Projeto de Redesenho Curricular como alternativa para minimizar as problemáticas apresentadas por esse nível de ensino no contexto paranaense.

### **A base legal e a base material do PROEMI**

Para contextualizar essa análise com o real, apresentamos nesta parte do artigo um histórico da base legal e material do PROEMI, visando uma compreensão acerca do que consiste o Programa Ensino Médio Inovador.

O Ministério da Educação – MEC, representado pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad, criou a Portaria nº 971 datada de 9 de outubro



de 2009 dando origem ao Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI, que propõe prestar apoio técnico e financeiro às escolas que fizerem adesão ao Programa.

Entre os principais objetivos do PROEMI, segundo essa portaria, está I-a expansão do atendimento e a melhoria da qualidade; III-a promoção e o estímulo à inovação curricular; IV-o incentivo ao retorno dos estudantes ao sistema escolar, propiciando a elevação da escolaridade; V-a promoção de diálogo entre a escola e os estudantes; VII-a relação entre os saberes e conhecimentos de modo significativo, bem como a autonomia intelectual; VIII-a criação de uma rede nacional de escolas de ensino médio públicas e privadas que possibilite o intercâmbio de projetos pedagógicos inovadores; IX –a promoção de intercâmbio dos Colégios de Aplicação das IFES, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II com as redes públicas estaduais de ensino médio; X –o incentivo à articulação, por meio de parcerias, do Sistema S com as redes públicas de ensino médio estaduais.

Para que os Estados pudessem apresentar propostas de adesão ao PROEMI, está previsto no artigo 4º dessa Portaria, o critério de que tenham aderido formalmente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de que trata o Decreto No- 6.094, de 24 de abril de 2007, cujo:

Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (p.01).

Tal definição se faz necessária, devido ao fato de que é fundamental evidenciar nessa discussão que o Plano de Metas Todos pela Educação e o movimento Todos pela Educação ocorrem em momentos e contextos diferentes. Como evidenciado no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP:

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação



básica. E, os sistemas municipais e estaduais que aderirem ao Compromisso seguirão 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes.

Já o movimento Todos pela Educação, fundado no ano de 2006, trata-se de um compromisso que faz parte da Rede Latino-Americana pela Educação – REDUCA, encampada pelas Organizações mantenedoras: Dpaschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Vivo Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Camargo Corrêa, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Santander, Suzano Papel e Celulose, e pelos Parceiros: Abc, Rede Globo, Instituto Ayrton Senna, DM9DDB, Rede Energia, Gol Linhas aéreas, Amics, Fundação Victor Civita, Mckinsey&Company, Microsoft, Fundação Santillana, Instituto Paulo Montenegro, Instituto HSBC, Canal Futura, Amigos da Escola, Instituto Natura, Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e PATRI Políticas Públicas, cujas pertencem a 13 países (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras; México, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana). Basicamente, é mantido e tem como parceiros organizações privadas.

Ao analisar o Decreto No- 6.094, de 24 de abril de 2007, referente ao Plano de Metas Todos pela Educação, com as suas vinte e oito diretrizes, e as cinco metas do Movimento Todos pela Educação, percebe-se que ambos possuem um objeto comum: a educação. Suas Diretrizes e Metas previstas vêm ao encontro das metas do Plano Nacional da Educação - PNE 2010-2020, bem como às ações do Ministério da Educação como, por exemplo, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

São questões pertinentes e fundamentais a esta reflexão sobre o PROEMI, que também se configuram indicativos para investigações mais aprofundadas, porém, uma discussão mais aprofundada sobre essa temática fica para outros trabalhos, o objetivo aqui não é aprofundar essa discussão sobre convergências e divergências entre o Plano e o Movimento Todos pela Educação, e sim servir de pano de fundo para a abordagem principal, o PROEMI.



Especialmente nesses últimos objetivos do PROEMI, segundo a Portaria nº 971/2009, VIII-a criação de uma rede nacional de escolas de ensino médio públicas e privadas que possibilite o intercâmbio de projetos pedagógicos inovadores; X – o incentivo à articulação, por meio de parcerias, do Sistema S com as redes públicas de ensino médio estaduais, evidencia –se a inserção da esfera privada no âmbito da esfera pública educacional.

Segundo essa Portaria, o PROEMI faz parte das ações encampadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado no ano de 2007, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio das escolas não profissional, dando ênfase aos projetos pedagógicos. A proposta é a partir de Projeto de Redesenho Curricular organizados pelas escolas de ensino médio, viabilizar ações inovadoras que venham ao encontro daquilo que prevê a Emenda Constitucional nº 59 datada de 11 de novembro de 2009: a obrigatoriedade da garantia do ensino dos 04 aos 17 anos até o ano de 2016.

A Emenda Constitucional nº. 59 está em consonância com o que designa a meta número 3 do Plano Nacional da Educação 2010, cujo assume o compromisso com a universalização do Ensino Médio, dos 15 aos 17 anos de idade, com taxa líquida de 85% para essa faixa etária até o término da sua vigência, em 2020.

Quando foi criada essa Portaria, em 2009, a Proposta inicial do Estado do Paraná para a adesão ao Ensino Médio Inovador – PROEMI teve entre outros critérios, as escolas que tinham o Ensino Organizado em Blocos de Disciplinas Semestrais (organização diferenciada que o estado do Paraná tinha até então). No período de dezenove a vinte três de agosto de 2013, a Secretaria Estadual de Educação – SEED realizou um evento para a proposição de adesão ao PROEMI pelas demais escolas que ofertam ensino médio no Estado. Nesse evento<sup>1</sup> estavam presentes membros da SEED, a Coordenação

---

<sup>1</sup> Ver ofício nº 19/2013 – GS/SEED, de 27 de agosto de 2013, que trata das orientações realizada no evento, que encontra-se disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ensino\\_medio\\_inovador/orientacoes\\_prazos\\_para\\_adexao\\_proemi\\_pr\\_.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ensino_medio_inovador/orientacoes_prazos_para_adexao_proemi_pr_.pdf)>. Acesso realizado em: 12 jun. 2014.





do Ensino Médio do Ministério da Educação – MEC, representante do Conselho Estadual de Educação – CEE, representantes dos Núcleos Regionais de Educação – NRE, Diretores e Pedagogos da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná.

Nesse evento, a representante do MEC entregou documento impresso com o seguinte: para aquelas escolas que almejassem receber a primeira parcela dos recursos ainda em 2013, o prazo dado para a adesão foi até 30 de agosto do mesmo ano; e para as escolas que optassem em aderir ao Programa e receber essa primeira parte dos recursos em 2014, o prazo estipulado foi até 30 de setembro de 2013. O valor recebido foi definido a partir do porte das Escolas, dividido em duas parcelas, uma vez ao ano conforme segue:

**Tabela 1**  
**Escolas com Jornada Escolar de 5 (cinco) Horas Diárias e/ou com Oferta de Ensino Médio no Período Noturno.**

Intervalo de Classe de Número de Alunos Matriculados no Ensino Médio da Unidade Educacional	Valores de Repasse (R\$)		
	Custeio (70%)	Capital (30%)	Total
Até 100 alunos	14.000,00	6.000,00	20.000,00
100 a 300	21.000,00	9.000,00	30.000,00
301 a 500	28.000,00	12.000,00	40.000,00
501 a 700	35.000,00	15.000,00	50.000,00
701 a 900	42.000,00	18.000,00	60.000,00
901 a 1100	49.000,00	21.000,00	70.000,00
1101 a 1300	56.000,00	24.000,00	80.000,00
1301 a 1400	63.000,00	27.000,00	90.000,00
mais de 1401	70.000,00	30.000,00	100.000,00

Fonte: Documento Orientador do PROEMI – MEC/2013.



**Tabela 2**  
**Escolas com Jornada Escolar em Tempo Integral de, no Mínimo, 7 (sete) Horas Diárias**

Intervalo de Classe de Número de Alunos Matriculados no Ensino Médio da Unidade Educacional	Valores de Repasse (R\$)		
	Custeio (70%)	Capital (30%)	Total
Até 100 alunos	19.600,00	8.400,00	28.000,00
100 a 300	29.400,00	12.600,00	42.000,00
301 a 500	39.200,00	16.800,00	56.000,00
501 a 700	49.000,00	21.000,00	70.000,00
701 a 900	58.800,00	25.200,00	84.000,00
901 a 1100	68.600,00	29.400,00	98.000,00
1101 a 1300	78.400,00	33.600,00	112.000,00
1301 a 1400	88.200,00	37.800,00	126.000,00
mais de 1401	98.000,00	42.000,00	140.000,00

Fonte: Documento Orientador do PROEMI – MEC/2013.

Certamente os recursos disponibilizados contribuem na aquisição de itens pedagógicos e serviços que facilitam o processo pedagógico, porém, as escolas tiveram um prazo extremamente curto para tomar a decisão pela adesão ou não ao PROEMI, divergindo do contido na Proposta para o Ensino Médio Inovador do Estado do Paraná que prevê:

É importante que as escolas, ao aderirem (ou darem sequência às atividades do Programa) reúnam seus coletivos de professores e reflitam, à luz dos Documentos Orientadores, sobre a melhor forma de organizar seus planos de trabalho, considerando suas especificidades e os objetivos que pretendem alcançar. (p.02)

Considerando que nesse momento só havia representantes e que após a sua realização os Núcleos Regionais de Educação ainda fariam reuniões de repasse aos demais gestores que não estavam presentes e que a tomada de decisão pela adesão ou não depende de um processo necessário de leitura dos documentos pelo coletivo escolar, reflexões, discussões e ainda o preenchimento de 100% do PDE Interativo<sup>2</sup> que também deve contemplar a

---

<sup>2</sup>Desde 2012, o PDE Interativo é uma ferramenta de planejamento, que está disponível para todas as escolas cadastradas no Censo Escolar. O diretor escolar é o único que tem acesso à



participação de toda comunidade escolar, contata-se que as escolas tiveram menos de uma semana para a adesão imediata ou aproximadamente trinta dias para a adesão para o ano seguinte. É mister destacar que com esses prazos tão imediatos somado à dinâmica cotidiana da escola, uma adesão pautada no conhecer, no refletir, no discutir e no construir coletivo não se concretiza, o que contribui para desmobilização do coletivo escolar e para a fragmentação das práticas pedagógicas.

Agora, não se pode negar a importância e a necessidade das políticas educacionais e das suas possibilidades na destinação de recursos e nas poucas possibilidades de reflexões e de construção pedagógica coletiva, que ainda assim, diante das situações dadas por esse momento histórico, as escolas conseguem realizar.

Reconhecendo que as políticas estão sempre em movimento, pode-se dizer que os delineamentos das políticas públicas são influenciados pelos interesses de quem as formulam. No entanto, outros aspectos que devem ser considerados para a qualidade da educação, são as condições para colocar as políticas em ação. A política em ação está inserida num contexto de disputas, com diferentes interesses, onde são economicamente influenciadas. Portanto, interpreta-se que é necessário considerar que esse interesse transcende as formulações de políticas públicas, atingindo um caráter mais amplo, e que, acaba atingindo todos os setores da gestão pública. (BAYER, 2012, p.27).

Há, porém, que se considerar que para que se tornem concretas, ao se pensar em políticas educacionais é imprescindível considerar a base material, o movimento real, caso contrário não passarão de medidas paliativas e de utilização de recursos públicos sem planejamento, o que acaba por comprometer toda e qualquer proposta de reestruturação curricular.

O foco do PROEMI versa sobre a reestruturação do currículo escolar como alternativa de melhoria na qualidade da educação, agora diante disso tudo, o que se instaura é: um Projeto de Redesenho Curricular proposto pelo Estado do Paraná, inicialmente apenas para o período noturno, garante o

---

plataforma para elaboração desse plano. (disponível em: <<http://pdeinterativo.mec.gov.br/pdeinterativo2013/manuais/BoletimPDEInterativo2013.pdf>>, *homepage* do Ministério da Educação, acesso realizado em: 12 jun. 2014.



acesso e a permanência dos alunos na Escola? E quais os encaminhamentos pedagógico e financeiro aos Municípios do Núcleo de Guarapuava ao aderir ou não ao Programa Ensino Médio Inovador?

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, definidas pela Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012 - CNE/CEB prevêm que o Currículo Escolar seja organizado com uma base nacional comum e uma parte diversificada de disciplinas que fazem parte das quatro áreas de conhecimento fundamentais para esse nível: Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Além disso, estabelece que toda proposição curricular seja estruturada a partir das dimensões do Trabalho, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, como eixos integradores entre os diferentes conhecimentos, contextualizando as dimensões históricas e sociais.

O Documento Orientador do PROEMI 2013, do Ministério da Educação, elaborado a partir das Diretrizes, apresenta uma Proposta de Redesenho Curricular para o Ensino Médio pautada nessas áreas de conhecimento e a partir de oito macrocampos Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Leitura e Letramento; Línguas Estrangeiras; Cultura Corporal; Produção e Fruição das Artes; Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias; Participação Estudantil.

Esse documento apresenta três macrocampos obrigatórios para a proposição da Proposta de Redesenho Curricular das Escolas: Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa; Leitura e Letramento e, o Estado do Paraná prevê em sua Proposta o acréscimo de mais um macrocampo obrigatório além destes, a Participação Estudantil.

É importante ressaltar, que os Macrocampos não se configuram como conteúdos ou disciplinas. Eles são apenas componentes de organização de ações conforme interesse e precisam estar articulados com as disciplinas e aos conteúdos disciplinares. (Ensino Médio Inovador Proposta Paraná, p.1)

Certamente é um desafio para os sujeitos de todas as escolas do Estado ter uma compreensão clara do que são os macrocampos, e principalmente de como articular esse trabalho em áreas sendo que a organização da matriz curricular do Ensino Médio está constituída por disciplinas, portanto



compreender basicamente esse nível de ensino no contexto brasileiro, é mister para minimizar esses desafios.

### **Contextualizando o Ensino Médio no Brasil e no Estado do Paraná**

Certamente a meta 3 do Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020 que trata sobre a universalização do atendimento escolar para a população que se encontra na faixa etária de 15 a 17 anos até 2016 e sobre a elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% para essa faixa etária, até o ano de 2020, é bastante desafiadora. O Documento Orientador do PROEMI (páginas 04 e 05) aponta que, mesmo que venha crescendo, a taxa líquida de matrículas baseada em 2011 é de 51,6%, conforme explicita a tabela extraída desse documento:

**Taxas de Escolarização Bruta e Líquida - Brasil 1995/2011**

Ano	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)		Ensino Medio (15 a 17 anos)	
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
1995	109,3	85,4	47,0	22,1
2000	149,7	90,3	73,0	34,4
2001	121,3	93,1	73,9	36,9
2002	120,8	93,7	75,9	40,0
2003	119,3	93,8	81,1	43,1
2004	117,6	93,8	81,4	44,4
2005	117,1	94,4	80,7	45,3
2006	116,2	94,8	82,2	47,1
2007	116,0	94,6	82,6	48,0
2008	115,7	94,9	85,5	50,4
2009	117,3	95,3	83,0	50,9
2011	119,0	95,5	82,2	51,6

Fonte: IBGE - Pnad's 1995, 2001 a 2009; Elaborado por MEC/Inep/DTDIE.

Nota: Excluída a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP de 1995 e 2001 a 2003.

Considerando a realidade do Ensino médio no Brasil que apresenta hoje, elevadas taxas de evasão, reprovação, distorção idade-série, sem dúvida a sua universalização representa um grande desafio. E, quando se fala em universalização, não se trata apenas da quantidade, mas também da qualidade do Ensino Médio do país.



Tal fracasso é atribuído muitas vezes ao currículo escolar, que certamente é um dos indicativos que apontam para a necessidade de uma reestruturação do ensino médio como um todo, mas não o único a ser considerado.

Os dados apresentados pelo Anuário 2013 (p.31) – Todos pela Educação mostram apontamentos feitos pelo IBGE que evidenciam que em algumas regiões do Brasil há um agravamento da questão. No caso do Estado do Paraná, localizado no sul do Brasil, que é foco dessa análise, apesar de apresentar dados um pouco mais significativos em relação à quantidade de concluintes, ainda assim faz parte dos baixos índices:

**Ensino Médio**

Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – Brasil e Regiões – 2005-2011

	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Brasil	39,8 %	44,1 %	44,9 %	47,1 %	50,2 %	51,1
Norte	26,0 %	28,9 %	32,3 %	36,3 %	36,6 %	35,1
Nordeste	23,2 %	27,0 %	28,8 %	30,8 %	37,1 %	41,4
Sudeste	52,3 %	56,7 %	57,1 %	58,8 %	59,7 %	59,1
Sul	50,5 %	55,6 %	51,2 %	54,8 %	60,5 %	55,8
Centro-Oeste	40,1 %	41,5 %	45,2 %	48,0 %	49,5 %	58,4

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Os dados abaixo, apresentados pela Secretaria Estadual de Educação – SEED no evento que possibilitou a adesão das Escolas ao PROEMI demonstram que a taxa de aprovação dos alunos do Ensino Médio no Estado do Paraná é de 57, 51%, sendo que aproximadamente 42,49% correspondem ao abandono, reprovação e aprovação por conselho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Taxas de Abandono / Reprovação / Aprovados por Conselho / Aprovados - Ensino Médio - Ano 2012

NÚCLEO	MATRICULAS	ABANDONO		REPROVAÇÃO		APCC		APROVADOS	
	TOTAL Matric. NRE	TOTAL AB - E.M	% AB - NRE	TOTAL RP - E.M	% REP - NRE	TOTAL APCC - E.M	% APCC - NRE	TOTAL APRV - E.M	% APROV - NRE
APUCARANA	10419	891	8,55%	1371	13,16%	2384	22,88%	5773	55,41%
AREA METROP.NORTE	23393	2705	11,56%	3322	14,20%	5311	22,70%	12055	51,53%
AREA METROP.SUL	28543	2541	8,90%	4020	14,08%	6179	21,65%	15794	55,33%
ASSIS CHATEAUBRIAND	2587	185	7,15%	330	12,76%	516	19,95%	1542	59,61%
CAMPO MOURAO	9162	768	8,38%	1147	12,52%	1274	13,91%	5932	64,75%
CASCADEL	17236	1484	8,61%	1955	11,34%	3578	20,76%	10210	59,24%
CIANORTE	6143	354	5,76%	947	15,42%	728	11,85%	4095	66,66%
CORNELIO PROCOPIO	7008	745	10,63%	1032	14,73%	699	9,97%	4392	62,67%
CURITIBA	48494	4021	8,29%	8183	16,87%	11441	23,59%	24751	51,04%
DOIS VIZINHOS	3202	244	7,62%	355	11,09%	472	14,74%	2112	65,96%
FOZ DO IGUACU	14179	1622	11,44%	2316	16,33%	3358	23,68%	6876	48,49%
FRANCISCO BELTRAO	10107	823	8,14%	1253	12,40%	1913	18,93%	5665	56,05%
GOIOERE	3769	372	9,87%	515	13,66%	766	20,32%	2051	54,42%
GUARAPUAVA	8960	816	9,11%	1170	13,06%	1143	12,76%	5831	65,08%
IBAITI	3630	436	12,01%	253	6,97%	355	9,78%	2573	70,88%
IRATI	7321	542	7,40%	724	9,89%	961	13,13%	5094	69,58%

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Abandono / Reprovação / Aprovados por Conselho / Aprovados - Ensino Médio - Ano 2012

NÚCLEO	MATRICULAS	ABANDONO		REPROVAÇÃO		APCC		APROVADOS	
	TOTAL Matric. NRE	TOTAL AB - E.M	% AB - NRE	TOTAL RP - E.M	% REP - NRE	TOTAL APCC - E.M	% APCC - NRE	TOTAL APRV - E.M	% APROV - NRE
IVAIPORA	4783	293	6,13%	424	8,86%	768	16,06%	3419	71,48%
JACAREZINHO	6832	577	8,45%	886	12,97%	845	12,37%	4513	66,06%
LARANJEIRAS DO SUL	4823	325	6,74%	401	8,31%	613	12,71%	3702	76,76%
LOANDA	3240	278	8,58%	413	12,75%	635	19,60%	1903	58,73%
LONDRINA	27785	2095	7,54%	4939	17,78%	7438	26,77%	13313	47,91%
MARINGA	21644	2280	10,53%	3178	14,68%	4038	18,66%	12148	56,13%
PARANAGUA	10780	878	8,14%	2080	19,29%	1901	17,63%	5897	54,70%
PARANAVAI	6941	555	8,00%	838	12,07%	446	6,43%	5102	73,51%
PATO BRANCO	9246	902	9,76%	934	10,10%	1537	16,62%	5822	62,97%
PITANGA	3405	201	5,90%	314	9,22%	470	13,80%	2415	70,93%
PONTA GROSSA	18130	1379	7,61%	2936	16,19%	3368	18,58%	10447	57,62%
TELEMACO BORBA	6148	654	10,64%	899	14,62%	575	9,35%	4009	65,21%
TOLEDO	10352	863	8,34%	1609	15,54%	2551	24,64%	5305	51,25%
UMUARAMA	8547	585	6,84%	967	11,31%	896	10,48%	6064	70,95%
UNIAO DA VITORIA	6038	498	8,25%	776	12,85%	991	16,41%	3648	60,42%
WENCESLAU BRAZ	3924	409	10,42%	425	10,83%	370	9,43%	2720	69,32%
<b>TOTAL PARANÁ</b>	<b>356771</b>	<b>31321</b>	<b>8,78%</b>	<b>50912</b>	<b>14,27%</b>	<b>68520</b>	<b>19,21%</b>	<b>205173</b>	<b>57,51%</b>

Fonte: Disponível em:

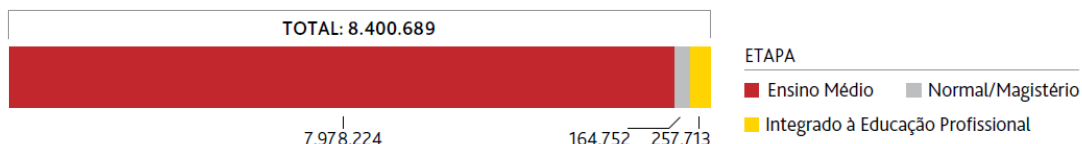
<[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ensino\\_medio\\_inovador/dados\\_perspectivas\\_em\\_pr.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ensino_medio_inovador/dados_perspectivas_em_pr.pdf)> Acesso em: 31 mar. 2014.



Do mesmo modo, o Anuário 2013, traça um panorama geral do número de matriculados no Ensino Médio com base em dados de 2011:

**Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado**

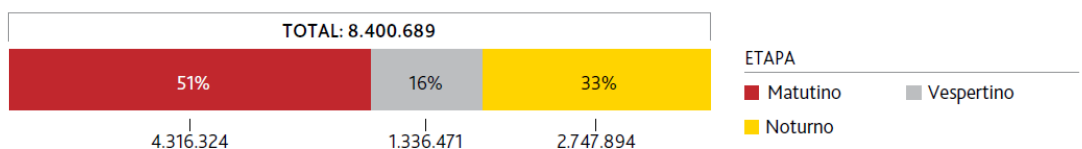
Matriculas por etapa de ensino – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

**Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado**

Matriculas por turno – 2011

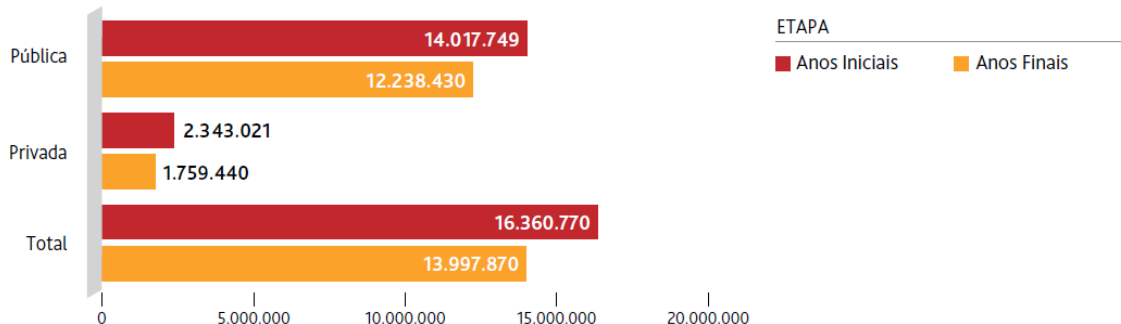


Fonte: MEC/Inep/DEED.

Se compararmos os dados apontados em relação ao número de alunos que foram matriculados na Escola Pública e na Escola Privada, nos Anos Finais do Ensino Fundamental em 2011 que totalizou 13.997.870 e os que se matricularam também na Escola Pública e na Escola Privada, no Ensino Médio que totalizou 8.400.689, percebemos que há uma discrepância de 5.597.181 entre as matrículas dos alunos que iniciam o Ensino Fundamental e os que iniciam o Ensino Médio:

**Ensino Fundamental**

Matriculas por etapa de ensino e área administrativa – 2011



Fonte: MEC/Inep/DEED.

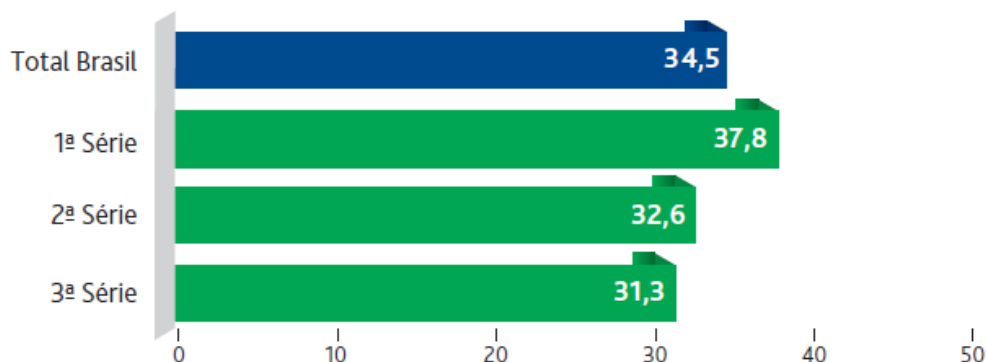
Outros dados que merecem destaque na Educação Brasileira, é a distorção idade-série, como podemos observar no gráfico extraído do Anuário 2012, p.39:





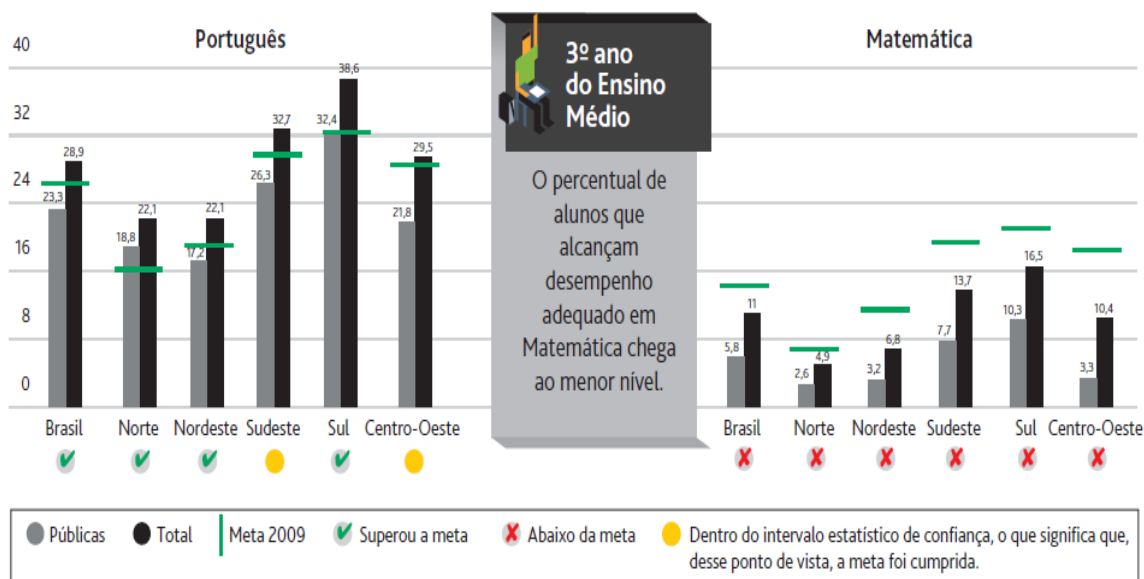
### Distorção Idade-Série - Ensino Médio - 2010

Taxa de Distorção Idade-Série, por Série (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

E, que ao falar em universalização quantitativa, também é fundamental considerar a qualidade, como evidencia o gráfico a seguir muitas vezes, os conhecimentos adquiridos pelos alunos no Ensino Médio se apresentam também abaixo do esperado.



Fonte: Prova Brasil e Saeb (MEC/Inep). Elaboração Inep/Todos Pela Educação.

Eis alguns dados aqui apresentados que nos possibilitam fazer uma análise estatística acerca da base material do Ensino Médio de modo a contribuir com essa discussão. Também é de suma importância a análise da



trajetória histórica do Ensino Médio, que apesar de não ser o foco da discussão neste artigo, deixamos registrada a centralidade que a história possui na busca de uma compreensão real de qualquer política, especialmente na educação.

### **A adesão da nova proposta para o Ensino Médio no Estado do Paraná**

A reapresentação do programa PROEMI ao estado do Paraná, a partir de critérios estabelecido no ofício datado de 13 de agosto de 2013, advindo da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, especificamente formulado pela Diretoria de Currículos e Educação Integral e Coordenação Geral do Ensino Médio, teve como principal intenção a garantia de recursos para execução do programa nas escolas e para tanto, estabeleceu a data para inserção do Projeto de Redesenho Curricular – PRC, no Sistema PDE Interativo PROEMI.

De acordo com esse ofício, teriam prioridade para repasse de recursos, ainda no ano de 2013, as escolas que inserissem seus Planos de Redesenho Curricular até 30 de agosto de 2013. Para repasse do recurso em 2014, as escolas teriam um prazo até 30 de setembro de 2013 para inserção de seus planos na plataforma do MEC.

O documento orientador, elaborado pela Secretaria de Educação Básica do MEC, evidencia que as maiores preocupações dos sistemas de ensino quanto à organização e funcionamento do ensino médio no Brasil, apontam principalmente “o percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola e as taxas de distorção idade/série educacional entre os jovens da mesma idade”.

Essa preocupação se torna evidente quando observadas as tabelas que refletem estatisticamente a situação do ensino médio no Brasil e no estado do Paraná.

Ao mesmo tempo em que as estatísticas retratam o cenário educacional preocupante, existe a expectativa de que os encaminhamentos promovidos pelo Ministério da Educação considerem e atendam as principais necessidades dos sujeitos que estão em idade própria para cursar o Ensino Médio e também



aqueles que não tiveram a oportunidade, e que agora tentam conciliar os estudos à vida de quem trabalha o dia todo. Constata-se essa preocupação na entrevista realizada com a coordenadora de gestão escolar, do núcleo regional de educação de Guarapuava, que aponta a expectativa observada no encaminhamento do trabalho com os gestores e equipes pedagógicas das escolas que receberão o recurso para implementação da proposta pedagógica do PROEMI. Segundo a coordenadora,

[...] o PROEMI é um programa que veio mais voltado para o ensino médio noturno, pensando nos alunos que estudam no período da noite, porque eles trabalham. Justamente pela questão do trabalho, é que o ensino precisa ter mais a ver com esse trabalho, pra ter mais sentido pra esses alunos, até porque há um grande número de evasão dos alunos, principalmente no ensino médio noturno. (Coordenadora de Gestão Escolar – NRE Guarapuava, 2014).

Diante da análise do documento orientador e da realidade observada na entrevista quanto às expectativas para a mudança no Ensino Médio, quanto à aproximação entre as demandas apresentadas no programa proposto e as apresentadas pela escola ainda não se mostram convergentes, visto que a comunidade escolar espera políticas públicas que apoiem a escola no seu trabalho com esses sujeitos, e em contrapartida esse programa deixa evidente sua preocupação em prover recursos para que a mudança nos encaminhamentos pedagógicos aconteça.

É importante salientar que muitos dos problemas ligados à evasão, baixa proficiência acadêmica, abandono escolar e processos de reprovação escolar necessitam de uma investigação e análise mais qualificada, pois não dependem somente de uma metodologia apropriada ou podem não ser causadas somente por encaminhamentos ineficientes.

Nesse sentido podemos analisar que a implementação da política desencadeia um caráter contraditório. Primeiro, ao mesmo tempo em que subsidia financeiramente a escola criando expectativas, o MEC também cria critérios e procedimentos que dificultam a escola prioritária na adequação de sua realidade ao encaminhamento exigido, à medida que o documento exige a organização e registro do PDE Interativo (composto por fase diagnóstica,



avaliativa e operacional, envolvendo toda a comunidade escolar) e a reorganização em todo o planejamento do trabalho com o conteúdo escolar, num prazo de tempo relativamente curto.

Essa necessidade de reorganização pode ser percebida na entrevista com a responsável pelo repasse do programa às escolas da rede estadual do Paraná, no núcleo de Guarapuava:

A princípio recebemos com um pouco de cautela. Nem nós mesmos entendemos ao certo o que era o programa. Até mesmo a formação que teve eu acredito que não esclareceu todas essas dúvidas, por ser algo novo no estado do Paraná. Gerou muitas dúvidas tanto pra nós aqui do NRE quanto para as escolas. Então, as informações que vieram foram repassadas, tanto quanto aos programas como seria quanto aos encaminhamentos da plataforma do PDE Interativo. Então tudo o que foi recebido, nós repassamos para as escolas. Porém sempre há dúvidas. Na hora de colocar em prática sempre há dúvidas porque é algo novo, que não havia sido pensado ainda pelos professores, porque nosso ensino ainda está muito engavetadinho. Nesse sentido, abrir esse leque gera um certo desconforto para alguns e dúvidas para outros, para aqueles que já querem colocar em prática. (Coordenadora de Gestão Escolar – NRE Guarapuava, 2014).

Apesar de uma proposta para o Ensino Médio, que atenda os sujeitos que necessitam cursar essa etapa escolar ser necessária e urgente, pode-se perceber nos depoimentos dos responsáveis pelas orientações pedagógicas e financeiras do programa PROEMI no NRE Guarapuava, as diferentes influências que levaram a escola a optar pela adesão ao programa, não sendo possível avaliar em que medida o recurso financeiro foi decisivo nessa opção.

[...] eu penso que o que mais chamou a atenção dos diretores foi a questão financeira, a verba mesmo. Porque veio um valor bem considerável para cada escola e isso chamou a atenção dos diretores porque as escolas precisam realmente (...). (Coordenadora de Gestão Escolar – NRE Guarapuava, 2014).

Na minha opinião, o que mais teve peso na adesão das escolas foi a consciência de melhorar para o aluno, porque é um recurso bom, porque a prioridade dele é o pedagógico. (...) Eles podem comprar aquilo que a escola está precisando. Não visa a reforma do prédio. É para pequenos reparos. É mais o pedagógico. (...) Então isso é uma oportunidade que a escola tem de equipar a sua escola com o que tem de mais alta tecnologia, que hoje é fundamental, hoje é primordial a escolar estar atualizada na mídia, em tudo, pra manter o aluno na escola. É um incentivo. Se a escola está desatualizada, mais motivo para evasão. E se ela estiver com todos os seus equipamentos tecnológicos atualizados, é um incentivo pra que os alunos



permaneçam lá. (Coordenadora do Setor financeiro – NRE Guarapuava, 2014).

Com a análise dos depoimentos, pode-se concluir que o PROEMI poderá trazer mudanças significativas para a escola. De um lado, evidencia-se a grande necessidade de mudanças na organização do ensino médio brasileiro. Por outro lado, a preocupação com a modificação desse cenário também pode ser percebida, ao passo que as escolas se propuseram a discutir seus currículos e assumir uma nova proposta de trabalho pedagógico.

Diante da situação, analisa-se a fragilidade nos encaminhamentos, e essa situação permite evidenciar a falta de uma explicitação sobre a concepção de educação que as políticas assumem. O estudo dos documentos demonstra um discurso coeso no sentido de que se quer garantir o direito à educação. Contraditoriamente, esse processo não envolve os sujeitos, à medida que impõem normas e prazos de forma geral, desconsiderando as especificidades e características que são inerentes a cada situação vivenciada pelas escolas.

### **Considerações finais**

Não é possível pensar na sociedade civil organizada, da qual a escola faz parte, sem uma concepção ampla de Estado. Partimos do entendimento de que o Estado não representa o interesse geral, é sim fruto das relações sociais.

Concebe-se, então, que a concepção de Estado numa perspectiva de classe considera o indivíduo e as instituições sociais como produtos históricos do desenvolvimento social e das relações de produção.

A sociedade atual está organizada em diferentes interesses, diferentes classes. No entanto, na sociedade capitalista, é impossível pensar um Estado tão amplo que possa acalmar os conflitos, pois apesar da aparência de igualdade estão implícitos os interesses da classe detentora dos meios de produção em detrimento da classe detentora da força de trabalho, ou seja, as duas classes fundamentais geradas no seio do sistema capitalista são antagônicas e, do mesmo modo, possuem interesses antagônicos.



Nessa perspectiva, para Carnoy (1987) a ausência das teorias do Estado na análise educacional vê no Estado uma expressão sem conflito de interesses individuais. Essa expressão acaba sendo desvinculada das relações sociais que se baseiam a família e a produção privada de bens e serviços. Isso leva ao entendimento de que essa forma de análise não concebe o Estado como fruto das relações sociais.

Uma teoria pluralista fortalece o indivíduo como unidade básica de análise econômica e política. Segundo Carnoy (1987, p.50) “as escolas assumem a função de distribuir o poder pela sociedade [...] a meritocracia torna-se uma base racional para as divisões de poder numa sociedade, na suposição de que o poder deve basear-se no conhecimento”. Nesta concepção, o indivíduo tem sua livre escolha e pressupõe-se que a esfera econômica representa uma organização social essencialmente justa e socialmente eficiente que requer apenas alguns ajustes por parte do Estado.

Por outro lado, outra teoria de Estado que considere o conflito social permite o desenvolvimento de uma análise dialética da educação na sociedade capitalista. Nessa teoria, “a luta dos grupos dominados para mudar as condições que os oprimem, e as tentativas dos grupos dominantes para reproduzir as condições de seu domínio, constituem a chave para compreender as mudanças na economia, na cultura e nas relações sociais”. (CARNOY, 1987, p.67).

No contexto de uma discussão dialética na sociedade capitalista, incorporamos as contribuições de Gramsci que desacreditava de uma tomada de poder que não fosse precedida por mudanças de mentalidade, para ele os agentes principais dessas mudanças seriam os intelectuais, e um dos seus instrumentos mais importantes para a conquista da cidadania seria a escola.

O fato é que apenas com um Projeto de Redesenho Curricular, especificamente para o período noturno, se traduz majoritariamente numa concepção “restrita” de Estado, abstrata ou parcial como evidenciou Gramsci. Uma concepção “ampliada” de Estado, concreta, necessita considerar também as questões sociais e políticas que estão ocultas e que se expressam nos altos



índices de evasão, repetência e desistência do aluno do Ensino Médio da escola pública.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio afirmam no seu Capítulo II, que trata do Referencial Legal e Conceitual, artigo 3º, que “o Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos” (p.1), porém há que se considerar que, não basta garantir o acesso do sujeito à escola, é necessário também investir em políticas públicas que possibilitem também a permanência desse aluno na escola.

E, se tratando do tempo disponível para a tomada de decisão quanto à adesão ou não ao PROEMI, de fato para aquele momento se tornou praticamente inviável, apesar de que segundo o Financeiro do NRE de Guarapuava, as escolas ainda podem aderir e ainda haverá uma segunda etapa em que todas as escolas irão receber os recursos para a efetivação do Projeto de Redesenho Curricular.

Outro aspecto evidenciado nesta pesquisa é que cientes ou não desse movimento interno do Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI, os principais motivos que fizeram com que as escolas do NRE de Guarapuava optassem pela adesão ao programa, foram o envolvimento diário com a situação expressa na realidade do Ensino Médio analisada nas discussões que embora não da maneira ideal, com mais tempo que possibilitasse maiores aprofundamentos, articulações e encaminhamentos, ainda assim foram iniciadas dentro das escolas. Também, não se pode negar a influência que os recursos financeiros disponibilizados para a concretização do Projeto de Redesenho Curricular exerceram nesse processo de busca de concretização de avanços no atual contexto do Ensino Médio no Brasil e, particularmente o Estado do Paraná.

Não estamos aqui, contudo, negando a importância de Programas como o PROEMI para a melhoria da educação pública. Ressaltamos que para além de ações pontuais, a demanda evidenciada aponta para a falta de estruturação nos encaminhamentos de políticas públicas e no caso, políticas educacionais,



que sejam incorporadas ao sistema educacional de modo que esse direito social de que tratam as Diretrizes tenha suporte e se tornem concretos.

No entanto, para que essas políticas tenham efetividade, uma concepção definida de qual educação se quer estruturar precisa ser assumida. Dessa forma, as políticas deixarão evidentes seus objetivos de manutenção da organização social vivenciada, ou encaminhamentos de políticas que contribuam para a construção da hegemonia da classe trabalhadora.

### Referências

BAYER, M. F. **O Programa PDE Escola: uma análise da sua implementação em Guarapuava - PR.** 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Resolução CNE/CEB 2/2012.

BRASIL. Disponível em: <<http://pdeinterativo.mec.gov.br/pdeinterativo2013/manuais/BoletimPDEInterativo2013.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2014.

BRASIL. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13439:ensino-medio-inovador&catid=195:seb-educacao-basica&Itemid=1037](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439:ensino-medio-inovador&catid=195:seb-educacao-basica&Itemid=1037)>. Acesso em: 12 jun. 2014.

BRASIL. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm)> Acesso em: 28 mar. 2014.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.** Resolução/CD/FNDE nº 31, de 22 de julho de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação-MEC. Documento Orientador 2013.

BRASIL. Ministério da Educação-MEC. Plano Nacional de Educação-PNE 2010-2020.

BRASIL. Ministério da Educação-MEC. **Portaria Nº 971, de 9 de outubro de 2009.** Institui o Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI..

CARNOY, M; LEVIN, H.M. **Estado e trabalho no Estado capitalista.** São Paulo: Cortez, 1987. p. 45-70.





COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci: Ensaio de Teoria Política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/compromisso-todos-pela-educacao>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

PARANÁ. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ensino\\_medio\\_inovador/orientacoes\\_prazos\\_para\\_adexao\\_proemi\\_pr\\_.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ensino_medio_inovador/orientacoes_prazos_para_adexao_proemi_pr_.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2014.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação-SEED. **Proposta Ensino Médio Inovador do Paraná**. 2013.

REDUCA. Disponível em: <<http://www.reduca-al.net/membros.php#!membros-brasil>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em: 28 mar. 2014.